

Nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento relativo aos auxílios de minimis

O projeto de Regulamento *de minimis* substituirá o [Regulamento de minimis n.º 1407/2013](#)¹, que expira em 31 de dezembro de 2023. Baseia-se nos resultados de uma avaliação exaustiva da política em matéria de auxílios estatais, o [balanço de qualidade](#)². Foi lançado um [convite à apreciação](#)³ com um período de recolha de reações entre 27 de junho de 2022 e 25 de julho de 2022. O convite à apreciação deu origem a 132 pedidos, provenientes principalmente de empresas e associações empresariais (cerca de metade das respostas) e de autoridades públicas (cerca de 27 % das respostas).

Os financiamentos públicos que preenchem as condições aplicáveis aos auxílios estatais definidas no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia devem, normalmente, ser notificados à Comissão e aprovados antes da sua aplicação. Os princípios subjacentes às regras da UE em matéria de auxílios estatais visam garantir que as despesas públicas não dão origem a uma concorrência desleal para as empresas que operam no mercado interno da UE. No entanto, os Estados-Membros não são obrigados a notificar a Comissão se o auxílio em questão for abrangido pelo Regulamento *de minimis*.

O Regulamento *de minimis* isenta os auxílios de montante reduzido do controlo dos auxílios estatais, uma vez que se considera que não têm qualquer impacto na concorrência e no mercado interno da UE.

O projeto de regulamento propõe as seguintes alterações em relação ao regulamento atualmente em vigor:

- i) um limite máximo proposto de 275 000 EUR como o montante de auxílio *de minimis* que uma única empresa pode receber por Estado-Membro durante um período de três anos. Este aumento do limite máximo visa ter em conta a inflação (para o período 2014-2030, uma vez que o último aumento do limite máximo ocorreu em 2006 e teve em consideração o período até 2013). O limite máximo dos auxílios incluídos em empréstimos, dos auxílios sob a forma de garantias e dos auxílios às empresas que efetuam o transporte rodoviário de mercadorias é igualmente adaptado.
- ii) reforçar os requisitos de transparência através da introdução de um registo público obrigatório a nível nacional ou da UE, sempre que os Estados-Membros forneçam informações completas sobre os auxílios *de minimis* concedidos por qualquer autoridade.

Próximas etapas

¹ Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis*, JO L 352 de 24.12.2013, p. 1.

² Publicado em 30 de outubro de 2020, ver: <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/2044-Fitness-check-of-2012-State-aid-modernisation-package-railways-guidelines-and-short-term-export-credit-insurance>

³ Ver <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13458-State-aid-exemptions-for-small-amounts-of-aid-de-minimis-aid-update-en>

Na sequência da consulta pública e das consultas do Comité Consultivo, a Comissão pode rever o projeto de regulamento, tendo em conta as reações recebidas das partes interessadas e dos Estados-Membros.